

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010/2011

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP005258/2010
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/05/2010
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR016864/2010
NÚMERO DO PROCESSO: 47998.002758/2010-41
DATA DO PROTOCOLO: 13/04/2010

Confira a autenticidade no endereço <http://www.mte.gov.br/mediador>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE CAMPINAS (SITAC), CNPJ n. 46.070.678/0001-41, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MELQUIADES DE ARAUJO;

E

BIG DRUM LTDA, CNPJ n. 03.138.212/0001-28, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr (a). EDUARDO VIEIRA SERVULO DA CUNHA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de abril de 2010 a 31 de março de 2011 e a data-base da categoria em 1º de setembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos trabalhadores na indústria de alimentação**, com abrangência territorial em **Indaiatuba/SP**.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS**OUTRAS GRATIFICAÇÕES****CLÁUSULA TERCEIRA - CONTRA PARTIDA**

A empresa oferece em contra partida, em função da implantação do Banco de Horas, manter o pagamento integral do convênio médico que varia de R\$ 56,00 à R\$ 80,00 por empregado e o vale alimentação no valor de R\$150,00 com 20% de participação do empregado, da mesma forma em que vinha sendo pago, de acordo com as normas do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

No caso de rescisão do contrato de trabalho, seja a pedido do empregado ou por iniciativa da segunda acordante, as horas de crédito acumuladas e não compensadas serão pagas como extraordinárias, observando-se o percentual indicado no Acordo Coletivo de Trabalho em vigor.

Parágrafo primeiro – Nas oportunidades que ocorrer rescisão do contrato de trabalho por iniciativa da segunda acordante ou pedido de demissão por parte do empregado, as horas de débito eventualmente acumuladas pelo empregado não serão descontadas das respectivas verbas rescisórias.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA QUINTA - DO OBJETIVO DA FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

O presente acordo objetiva a flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores da EMPRESA, que exercem as suas funções na Unidade Industrial situada na cidade de INDAIATUBA/SP, bem como o estabelecimento de uma sistemática de compensação das horas livres a serem concedidos aos empregados em época subsequente, tendo em vista a sazonalidade e a especificidade das atividades de cada Unidade Industrial, observadas as condições previstas nas cláusulas abaixo.

Parágrafo primeiro – A flexibilização da duração do trabalho será administrada através de um sistema de débito e crédito, formando um BANCO DE HORAS. Considera-se débito as horas a favor da empresa e crédito as horas a favor de empregado.

Parágrafo segundo – Para utilizar o sistema de compensação o colaborador deverá ser comunicado com a devida antecedência mínima de 24 horas, salvo situações especiais de acontecimentos não previsíveis ou motivados por caso fortuito ou força maior, cuja ocorrência não permita antever a necessidade de se convocar para o trabalho extraordinário, reduzir ou suspender as atividades da Fábrica.

Parágrafo terceiro – Fica convencionado que a segunda acordante dará conhecimento ao respectivo sindicato sobre a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devendo ela convocar o representante da referida entidade sindical para expor os fatos geradores da necessidade de utilização do sistema de compensação.

CLÁUSULA SEXTA - DA SISTEMÁTICA DA COMPENSAÇÃO DE HORAS

Serão passíveis de compensação as horas trabalhadas após a jornada normal, as quais ficarão acumuladas eletronicamente no sistema de controle de horário da Fábrica e formarão o Banco de Horas que viabilizará a implementação do sistema de flexibilização previsto neste acordo.

Parágrafo primeiro – Fica convencionado que, conforme redação do parágrafo 2º do art. 59 da CLT, não haverá acréscimo de salário, desde que o excesso de horas trabalhadas em um dia seja compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não excedam no período máximo de 06 (seis) meses, à soma das jornadas semanais previstas, devendo ser observada a proporção de 1:1 (um por um), ou seja, cada uma hora trabalhada equivale a uma hora a ser lançada a crédito do colaborador.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de convocação do empregado para trabalhar no dia destinado à sua folga legal (descanso semanal remunerado) ou Feriado, as horas trabalhadas serão consideradas em dobro para efeito de

lançamento a crédito do colaborador.

Parágrafo Terceiro – Quando o colaborador tiver crédito e solicitar compensação, cada uma hora de ausência equivalerá a uma hora de débito no banco de horas. Caso ele tenha débitos provenientes de interesse próprio, cada hora de débito será compensada com uma hora trabalhada. Em qualquer hipótese, o colaborador deverá negociar com seu superior hierárquico, com antecedência mínima de 24 horas, a respectiva compensação a fim de possibilitar a substituição por outro colaborador em não prejudicar o andamento das atividades da empresa, sob pena de ser descontado o período não trabalhado.

Parágrafo Quarto – Nas ocasiões em que as atividades da Fábrica vierem a ser interrompidas total ou parcialmente, por motivo de força maior ou por necessidade técnica, as horas faltantes para o complemento da jornada de trabalho do dia em que ocorrer a liberação dos empregados serão lançadas a débito no Banco de Horas na proporção de 1:1 (um por um).

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA SÉTIMA - DO GOZO DO SALDO DE HORAS ACUMULADAS

Os créditos acumulados serão aproveitados de diversas maneiras pelos empregados, de forma tal, que lhes seja assegurado, dentre outras possibilidades, a prerrogativa de prolongar os seus finais de semana, aumentar o período de férias, ausentar-se do trabalho na hipótese de redução da produção ou férias coletivas, bem como em outras situações em que seja do interesse do empregado e da Empresa.

CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE DE HORAS DE CREDITO PELO COLABORADOR

Fica convencionado que a segunda acordante fornecerá ao colaborador mensalmente relatório com as informações necessárias para que ele possa conhecer a composição acompanhar e controlar o saldo de seus créditos ou de seus débitos, no respectivo Banco de Horas.

Parágrafo único – Onde houver sistema informatizado para consulta de saldo de Banco de Horas, o referido não será necessário.

CLÁUSULA NONA - DOS LIMITES DE ACUMULAÇÃO DE HORAS

Estipulam as partes que o número total de horas efetivamente trabalhadas acumuladas a crédito do Banco de Horas por empregado no dia 30 de cada mês, não poderá exceder o limite máximo de 02 (duas) horas diárias ou 10 (dez) horas semanais.

Parágrafo primeiro – Quando o saldo de horas de cada colaborador, na forma de crédito, ultrapassar o limite estabelecido no “caput” desta cláusula, as horas excedentes serão pagas como horas extraordinárias, com acréscimo do adicional previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho vigente.

Parágrafo Único - Fica estipulado entre as partes que a cada período de 06 (seis) meses, a empresa estará apurando o saldo do banco de horas (credito/debito) e realizará a respectiva compensação ou pagamento das horas extras apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS HORAS NÃO COMPENSADAS DURANTE O ANO

Fica acordado que não sendo possível compensar no decorrer do ano as horas de crédito acumuladas no Banco de Horas, por ocasião da compensação anual, elas serão pagas como horas extraordinárias no salário do mês subsequente, devidamente acrescidas do adicional previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho vigente.

No tocante as horas acumuladas de débito, as mesmas serão suportadas pela segunda acordante, ficando os colaboradores isentos de qualquer pagamento.

DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Observadas as determinações contidas no artigo 625 da CLT, fica eleito o foro trabalhista da comarca da cidade de Indaiatuba/SP, para nele serem dirimidas as dúvidas e controvérsias resultantes do cumprimento deste instrumento.



MELQUIADES DE ARAUJO
PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE CAMPINAS (SITAC)

EDUARDO VIEIRA SERVULO DA CUNHA
PROCURADOR
BIG DRUM LTDA